

ARGUMENTAÇÃO E EMOÇÕES: A CONSTRUÇÃO DO *LOGOS* PATÊMICO NOS DISCURSOS LITERÁRIO E JURÍDICO

Elisson Ferreira Morato¹

RESUMO: Neste trabalho, analisamos dois exemplares discursivos, um jurídico outro literário, com o objetivo de refletir sobre a relação entre os efeitos de patemização e as operações argumentativas em diferentes gêneros de discurso. Partimos da *Retórica* de Aristóteles (2005) e tomamos o trabalho de Rabatel (2005) sobre o dialogismo interno do discurso, e os trabalhos de Charaudeau (2000, 2008) respectivamente sobre os efeitos de patemização e a construção do *logos* argumentativo. Nosso *corpus* é formado por um poema de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) e um depoimento prestado por esse autor durante o processo de repressão da Inconfidência Mineira. Segundo nossa pesquisa, o *logos* é constituído pelas vozes dos sujeitos enunciativos que organizam os pontos de vista e os modos de raciocínio do discurso de acordo com as emoções que eles buscam suscitar em relação ao seu interlocutor.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; patemização; argumentação; *logos* argumentativo.

RÉSUMÉ: Dans ce travail, nous analysons deux exemples de discours, un juridique autre littéraire, avec le but de réfléchir sur la relation entre les effets de pathemization et les opérations argumentatives dans différents genres de discours. Nous partons de la *Rhétorique* d'Aristote (2005) et prenons le travail de Rabatel (2005) sur le dialogisme interne du discours, et les travaux de Charaudeau (2000, 2008) respectivement sur les effets de pathemization et la construction du *logos* argumentative. Notre *corpus* est formé par un poème de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) et une déposition rendu par lui-même pendant le processus de répression du mouvement politique nommé au Brésil d'*Inconfidência Mineira*. Selon notre recherche, le *logos* est constitué par les voix des sujets énonciatifs qui organisent les points de vue et modes de raisonnement selon les émotions que ils cherchent susciter par rapport à son interlocuteur.

MOTS-CLÉS: discours; pathemization; argumentation; *logos* argumentative.

Introdução

Se entendemos a argumentação como um procedimento de construção de sentidos, já que a produção de sentidos envolve também a adesão do interlocutor ao discurso, então o agenciamento das emoções nos discursos pode ser considerada parte importante dos procedimentos de argumentação e de muitos processos de produção de sentido. Muitas vezes, construir a significação de um discurso envolve justamente mobilizar certas emoções para influenciar o interlocutor: nesse caso, a apreensão dos sentidos depende, em boa parte da apreensão das emoções do locutor. É nesse âmbito que a Argumentação se coloca como uma

¹ Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista da CAPES. Email: elissonmorato@yahoo.com.br.

problemática central nos estudos em Análise do Discurso (AD), disciplina que, por sua vez, se desdobra também no estudo do agenciamento das emoções nas práticas argumentativas.

O estudo das emoções remete diretamente ao *pathos*, que, na *Retórica* de Aristóteles, designa tanto o auditório a quem o discurso se dirige quanto as emoções ou disposições mobilizadas pelo orador para provocar a adesão a uma determinada tese. Esses efeitos chamados patêmicos, por sua vez, não se constroem sem a influência do *ethos*: a imagem, ou a imagem do caráter que esse orador apresenta. E além do mais, é principalmente pelo *logos*, o discurso do orador, que encontramos tanto as operações de construção do *ethos* quanto o agenciamento das emoções a serem usadas e/ou visadas na argumentação.

Dessa maneira, é lícito que tenhamos uma atenção maior voltada para o estudo do *logos*, mesmo que tal estudo não possa ser realizado mediante a exclusão de uma abordagem do *ethos* e do *pathos*. É através do *logos* que os interlocutores interagem, pelo *logos* que encontramos o agenciamento de procedimentos argumentativos, e é pelo *logos* que podemos depreender procedimentos de construção de efeitos patêmicos, e de construção de sentidos, nos discursos que propomos analisar.

Nessa perspectiva, este trabalho tem o objetivo de investigar os efeitos de patemização dados pela construção do *logos* em um discurso literário, e em um discurso jurídico. A opção por uma análise contrastiva envolvendo esses dois gêneros se deve à possibilidade de observar como se dá a construção do *logos* em conformidade com a situação de comunicação que deu origem a determinado discurso. Para tanto recorreremos à análise de um poema de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) e de um de seus depoimentos prestados quando o poeta se encontrava encarcerado, por ocasião da devassa movida contra a Inconfidência Mineira, de 1789. O primeiro texto analisado é a *Lira II* presente na segunda parte de sua obra *Marília de Dirceu*. O segundo é o *Auto de Perguntas* da segunda inquirição feita ao réu em 1790, texto no qual se opõem a visada patêmica de Gonzaga e a de seus opositores.

Ambos os textos foram escritos durante o período de encarceramento do autor entre 1789 e 1792, no presídio da Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, e nos permitem observar como os sujeitos observados, Gonzaga e seus acusadores, constroem o *logos* agenciando procedimentos argumentativos que estabelecem diferentes efeitos patêmicos, coerentes com as intenções de cada sujeito. Para esta abordagem tomamos como referencial teórico contribuições de Charaudeau (2000, 2008), sobre os efeitos de patemização (CHARAUDEAU, 2000) e sobre operações de construção do *logos* (CHARAUDEAU, 2008),

elaboradas no âmbito de sua Teoria Semiolinguística. Adotamos também a contribuição teórica de Rabatel (2005) sobre o dialogismo interno no discurso, o que nos auxiliará a investigar a relação das vozes enunciativas com a eficácia dos efeitos de patemização.

Desse modo, adotamos o posicionamento de que os discursos analisados são dotados de uma visada patêmica, conforme pode ser depreendido no trabalho de Charaudeau (2000, p.135) dirigida a um auditório. A visada de patemização, nesse caso, é a emoção contida em uma intencionalidade (fazer-sentir) dirigida ao interlocutor individual ou coletivo, pessoal ou institucional, de modo a provocar nele uma disposição. A construção dessa visada patêmica, por sua vez, é observada em relação aos elementos, como o *ethos* do orador, a *doxa* e o *pathos*. Também atentamos para operações que temos no *logos* do orador. Trata-se de observar que modos de comprovação e de raciocínio o orador agencia para compor seu discurso e como ele gerencia as vozes enunciativas em seu discurso.

Assim, num primeiro momento, buscamos discutir o lugar do *logos* e da visada patêmica na situação argumentativa. Em seguida, atentaremos para a noção de dialogismo interno de Rabatel (2005). Subsequentemente, observaremos o uso dos modos de organização do discurso, dos modos de raciocínio segundo o trabalho de Charaudeau (2008). Os modos de organização do discurso (M.O.D.), já amplamente discutidos por trabalhos em Semiolinguística tiveram sua aplicação retomada em Charaudeau (2008), sem, no entanto, qualquer alteração teórico-conceitual dessas noções. Por essa razão consideramos desnecessária uma exposição teórica sobre os M.O.D.. Em seguida procederemos à análise do *corpus* buscando apontar o gerenciamento dos pontos de vista presentes no *logos* do orador, assim como a presença dos modos de organização do discurso e dos modos de raciocínio mobilizados na argumentação apresentada pelos sujeitos.

1. O *logos* na situação argumentativa

Na *Retórica* de Aristóteles, o *logos* é uma das provas discursivas das quais o orador se serve para persuadir o auditório. Essa prova é dada pelo próprio discurso: “as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras no modo como se dispõe o ouvinte; e outras no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). Dessa maneira, pressupõe-

se que o discurso do orador deva conter elementos comprobatórios ou certos modos de construção de raciocínio que tornem possível a persuasão:

Ora, como as provas por persuasão se obtém por estes três meios, é evidente que delas se possa servir quem for capaz de formar silogismos, e puder teorizar sobre os caracteres, sobre as virtudes e, em terceiro lugar, sobre as paixões (ARISTÓTELES, 2005, p. 97).

Observa-se, no fragmento anterior, que Aristóteles evidencia a importância da capacidade de estabelecer silogismos para elaborar uma argumentação convincente. Essa construção teórico-silogística, por sua vez, não está desenraizada do uso da linguagem. Conforme Molinié (1992, p. 6), por exemplo, a linguagem é o principal meio de persuasão de que o orador dispõe para argumentar. Assim, a linguagem “é então um conjunto logico-discursivo, ou estratégico-linguageiro, que mistura o verbal, o psíquico e o lógico, o moral ou o sentimental e o social²” (MOLINIÉ, 1992, p. 6). É a linguagem que nos permite a expressão, a veiculação e a construção de raciocínios, e pontos de vista através de palavras e expressões.

No trabalho de Charaudeau (2000, p. 138-9), obtemos outra importante consideração sobre o papel do componente linguístico do *logos* voltado para os efeitos de patemização:

O efeito patêmico pode ser obtido pelo emprego de certas palavras (...). Ou seja, o efeito patêmico pode ser obtido tanto por um discurso explícito e direto na medida em que as palavras em si estão na tonalidade patêmica, quanto por um discurso implícito e indireto na medida em que as palavras parecem neutras desse ponto de vista³.

O autor também nos aponta que há palavras que descrevem claramente a emoção (cólera, angústia, sofrimento, agonia, fúria) e aquelas que não a descrevem claramente, mas que podem acioná-las (catástrofe, drama, vítima, crime bárbaro, mobilização). Nessa perspectiva, nota-se a importância da seleção lexical movida pelo sujeito comunicante na construção do *logos*.

A propósito, não se pode ignorar a presença dos modos de organização do discurso na construção do *logos*: é especialmente através de operações de descrição (modo de organização descritivo) e de narração (modo de organização narrativo) que temos a configuração do *logos*

² Tradução nossa de: “c’est doc un ensemble logico-discursif, ou stratégique-langagier, qui mêle le verbal, le psychique et le logique, le moral ou le sentimental et le social.”

³ Tradução nossa de: “l’effet pathémique peut être obtenu par l’emploi de certains mots (...). Autrement dit, l’effet pathémique peut être obtenu aussi bien par un discours explicite et direct dans la mesure où les mots eux-mêmes sont à tonalité pathémique, qu’implicite et indirect dans la mesure où les mots semblent neutres de ce point de vue.”

e de seu conteúdo. Argumentar, nessa perspectiva, assim como patemizar, é também mobilizar a língua, a qual oferece um amplo repertório de signos que podem ser estrategicamente utilizados (de maneira consciente ou não) pelo sujeito comunicante em situação de argumentação.

Em sentido amplo podemos estender a relação linguagem-persuasão ao discurso em si, já que é por ele que se busca persuadir o interlocutor. É pelo discurso que encontramos os modos de raciocínio, as marcas de sua organização verbal, os traços das crenças partilhadas, do caráter do orador, os indícios de para quem se dirige o discurso e também a configuração de uma visada patêmica. O *logos*, nessa perspectiva, é o objeto principal, e muitas vezes despercebido, por onde o olhar do analista se infiltra para realizar sua abordagem.

Podemos, assim, acatar que o *logos* é uma construção languageira dentro de uma situação argumentativa. No caso, usamos a expressão “situação argumentativa” para restringir o tipo de ato comunicacional com o qual trabalhamos. Ao mesmo tempo, buscamos realçar a presença da argumentação nas mais diversas situações comunicativas.

2. A gestão do dialogismo interno

A noção de dialogismo também contribui substancialmente para o estudo em argumentação. Se Amossy, por exemplo, nos enuncia a presença de uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2000, p. 25-26) presente inclusive nos textos ficcionais, então podemos entender que o dialogismo interno seria uma das formas através das quais esse orador orienta a percepção do leitor: administrando diferentes vozes enunciativas de modo a estabelecer a preponderância de uma delas.

Ao argumentar em favor de uma tese, patemizando ou não, traz-se para o discurso as vozes de outros enunciadores, as quais se buscam necessariamente refutar. Esse procedimento é necessário porque é através de uma voz enunciativa que se conhece ou se pressupõe a tese contrária, seja numa situação dialógica, como no debate, seja numa situação monolocutiva, como no texto literário. Neste último caso, a propósito, o enunciador de algum modo traz para o seu discurso o(s) ponto(s) de vista de um adversário para refutá-los. Assim, os efeitos de patemização, ou o sucesso da visada patêmica, pode depender necessariamente de como esse dialogismo é gerenciado pelo enunciador.

Uma noção bastante importante ao desenvolvimento deste trabalho é a de dialogismo interno, noção devida à retomada do trabalho sobre polifonia da enunciação de Ducrot operada por Rabatel (2005). O dialogismo interno ocorre no texto e pressupõe a presença de enunciadores diversos dados por diferentes pontos de vista (PDV). Assim, importa observar o ponto de vista principal, que seria aquele que corresponde ao PDV assumido pelo locutor. Esse PDV principal, ao mesmo tempo em que forjaria a autoridade do discurso, também contribuiria para construir a imagem de si, ou *ethos*, em termos argumentativos, do locutor.

É importante lembrar que um discurso, seja maior ou menor o seu grau de argumentatividade, direta ou indiretamente remete a uma tese contrária. Para provocar a adesão do auditório a uma tese X acaba-se por remeter a uma tese Y, que, num certo sentido, seria a tese adversária.

Nesse caso, o locutor estabelece uma hierarquização das vozes enunciativas, as quais correspondem aos diferentes pontos de vista presentes na argumentação. Assim, há um PDV predominante, que é aquele que corresponde ao posicionamento de um enunciador efetivamente assumido pelo locutor:

É buscando interpretar o [enunciador] principal como a fonte de um PDV que se exprimiria sob a forma do funcionamento enunciativo, que convém particularmente bem a exposição dos julgamentos de autoridade, da doxa, que se dá a aparência de enunciados objetivantes para evitar que seu conteúdo seja contestado pelos destinatários⁴. (RABATEL, 2005, p. 125-126).

O autor ainda ressalta que há uma independência entre o ponto de vista e o tipo de discurso no qual ele se encontra. Nesse caso, o ponto de vista principal não é aquele dado ou sugerido pelo tipo de discurso, mas sim aquele que é realmente assumido pelo locutor:

O [PDV] principal não é determinado pelo conteúdo (discurso da Lei, da Ciência, da Autoridade), ele se define pelo fato que é ele que corresponde ao PDV do locutor como tal e do locutor ser do mundo, e além dele, ao sujeito falante. (RABATEL, 2005, p. 126).

O PDV principal é justamente aquele que corresponde à postura do locutor como ser do mundo e como sujeito falante. Nessa perspectiva, o sujeito que argumenta deve manter o ponto de vista a ser refutado em posição, diríamos, dominada, estabelecendo uma espécie de hierarquia de pontos de vista no discurso. Esses pontos de vista, por exemplo, poderiam

⁴ Tradução nossa de: “il est tentant d’interpréter le principal comme la source d’un PDV qui s’exprimerait sous la forme de l’effacement énonciatif, qui convient particulièrement bien à l’exposition des jugements d’autorité, de la doxa, qui se donnent l’apparence d’énoncés objectivants pour éviter que leur contenu soit contesté par leurs destinataires.”

discorrer sobre a culpabilidade ou inocência de um réu, sobre a capacidade ou omissão de um governante ao administrar uma crise política ou social, sobre a responsabilidade ou não de alguém em relação a um delito. Esses pontos de vista podem ser apresentados através de referências explícitas ou implícitas e seu gerenciamento depende do enunciador dominante no discurso.

3. A racionalização

Por seu turno, Charaudeau (2008) nos traz a noção de “racionalização”, isto é, uma *mise en scène* do *logos*, uma construção linguageira desse *logos* através de procedimentos de descrição e narração, bem como de modos de raciocínio. Para o autor, assim como há uma *mise en scène* do orador (*ethos*) e do auditório (*pathos*) não poderíamos deixar de pressupor uma encenação linguageira do próprio discurso com suas demonstrações voltadas para a tese defendida. A racionalização, assim, não é o próprio *logos*, mas um dos seus modos de construção.

Essa racionalização atende aos fins para os quais ela é usada pelo sujeito. Um dos fins da racionalização pode ser inclusive o de provocar determinadas emoções. Por esse motivo usamos a expressão *logos patêmico*: o qual consiste no procedimento de racionalização, ou de encenação do *logos* tendo vista estabelecer uma visada patêmica. Nessa perspectiva, o *logos* não se opõe ao *pathos*, mas é trabalhado racionalmente em função do elemento patêmico.

Na racionalização encontramos os modos de raciocínio, com que se pode, digamos, provar uma tese levando a adesão. Os modos de raciocínio, dentro de um *logos* patêmico, podem, inclusive, provar que o sujeito é digno ou merecedor da emoção que busca suscitar pelo discurso. Mas vejamos esses procedimentos de racionalização, tal como mostrados em Charaudeau (2008, p. 9-10).

A *dedução* consiste na relação entre uma asserção e sua causa, o raciocínio por dedução é exemplificado pela noção clássica de silogismo tipo “se P logo Q”. Por sua vez, a *analogia* se caracteriza como uma aproximação entre fatos estabelecendo a possibilidade de um, que é argumentado pelo sujeito, em razão de sua semelhança com outro, já estabelecido e dotado de uma autoridade. A *oposição* baseia-se na evidência de contradições ou incompatibilidades, sendo bastante recorrente em situações de debate nas quais se busca, necessariamente, refutar uma tese em favor de outra. Esse tipo de raciocínio, segundo o autor,

“é geralmente mais empregado para apresentar objeções ou uma contra-argumentação face a seu contraditor⁵” (CHARAUDEAU, 2008, p. 10). E, por fim, o *cálculo* que é a apresentação de relações matemáticas de igualdade, o que permite suscitar a ideia de uma exatidão ou de uma precisão matemática objetiva através da qual se demonstraria uma verdade.

4. Da admiração às paixões possíveis

Conceituar uma paixão pode ser uma tarefa difícil, sobretudo quando buscamos tornar essa conceituação operacional. Mas visando atender aos objetivos desta pesquisa, podemos conceituar a admiração como um sentimento de perplexidade, de surpresa ou de estranhamento em relação a uma nova situação ou uma nova postura.

A admiração se faria sentir nos casos em que um orador exalta ou atesta, por exemplo, uma ação heroica ou eticamente exemplar. Tal paixão não é necessariamente ocasionada por ações positivas, já que ela pode ser despertada, por exemplo, enfatizando uma atitude covarde (medrosa) ou uma ação cruel. E pode ser coadjuvante ou desencadeadora de outras paixões subsequentes, como a indignação ou a compaixão ao exaltar a nobreza, ou a vileza, dos atos de um réu. A admiração poderia, assim, ser discursivizada estabelecendo-se como uma paixão própria.

Por sua vez, uma das paixões suscetíveis de ser derivada ou coadjuvante da admiração seria a indignação. Esta é tomada por Aristóteles como o oposto da compaixão ou piedade. Razão pela qual a admiração poderia ser colocada como uma proto-paixão suscetível de provocar esta ou aquela. Conforme Aristóteles (2005, p. 187), a indignação “contrapõe-se, sobretudo, à piedade. À pena que se sente por males imerecidos contrapõe-se de algum modo, embora provenha do mesmo caráter, a pena experimentada por êxitos imerecidos.”

Não podemos também deixar o papel da *doxa*, “o sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta” (PLANTIN, 2004, p.176), e suas relações com a construção do *logos*. Para validar um argumento, o orador pode recorrer a uma série de raciocínios através dos quais se busca questionar as teses contrárias, mas esses raciocínios podem ser construídos com base em elementos dóxicos.

⁵ Tradução nossa de: “est le plus souvent employé pour présenter des objections ou une contre-argumentation face à son contradicteur.”

Assim, a *doxa* se faz presente não apenas na partilha das emoções, ou na designação de quais emoções devem ser sentidas, mas na construção dos modos de raciocínio. O raciocínio por dedução, por exemplo, não implica o uso de uma lógica absoluta, já que são construídos com base em elementos dóxicos: as deduções são feitas a partir das crenças partilhadas do universo dos sujeitos. Os modos de raciocínio, assim, não nos parecem afastados dos elementos dóxicos: não se opõem a eles, antes sendo por eles constituídos.

5. Apresentação e análise do *corpus*

O primeiro texto que observamos é a *Lira II*, supostamente escrito entre 1789 e 1792, tempo do cativo do poeta no Rio de Janeiro. Este texto foi publicado postumamente na segunda parte do livro *Marília de Dirceu* em 1810:

Lira II

Esprema a vil calúnia muito embora
Entre as mãos denegridas, e insolentes,
Os venenos das plantas,
E das bravas serpentes.

Chovam raios e raios, no meu rosto
Não há de ver, Marília, o medo escrito:
O medo perturbador,
Que infunde o vil delito.

Podem muito, conheço, podem muito,
As fúrias infernais, que Pluto move;
Mas pode mais que todas
Um dedo só de Jove.

Este Deus converteu em flor mimosa,
A quem seu nome dera, a Narciso;
Fez de muitos os Astros,
Qu'inda no Céu diviso.

Ele pode livrar-me das injúrias
Do néscio, do atrevido ingrato povo;
Em nova flor mudar-me,
Mudar-me em Astro novo.

Porém se os justos Céus, por fins ocultos,
Em tão tirano mal me não socorrem;
Verás então, que os sábios,
Bem como vivem, morrem.

Eu tenho um coração maior que o mundo!
Tu, formosa Marília, bem o sabes:
Um coração..., e basta,
Onde tu mesma cabes.

No texto de Gonzaga encontramos pelo menos dois pontos de vista (PDV): o do próprio poeta e o de seus acusadores, este último representado através de uma *vox populi*. Esse dialogismo interno é gerido de modo que o PDV de inocência é central e dominante. Para assim se constituir, o poeta acolhe o a acusação e a transforma em acusada. O PDV de culpa não é negado ou ignorado, mas acolhido e abordado de modo a constituir um posicionamento inferior na hierarquização das vozes enunciativas do discurso.

Tal procedimento pode ser fundamental para a eficácia das visadas patêmicas, pois através delas, o orador aceita a situação de debate e imprime seu posicionamento em relação à tese contrária. Essa confrontação de PDVs é dada mais explicitamente na primeira: “Esprema a vil calúnia muito embora/ Entre as mãos denegridas, e insolentes”, e na quinta estrofe “Ele pode livrar-me das injúrias/ Do néscio, do atrevido ingrato povo.”

Observa-se nos fragmentos que o poeta acolhe a voz enunciativa dos acusadores, e inclusive a utiliza para começar o poema. Mas esse PDV é acolhido justamente para que possa ser refutado. Essa refutação não é dada por expressões explícitas como *eu contesto*, *eu discordo*, mas pelos modos de organização do discurso, sobretudo o modo descritivo. Através da escolha de termos como “vil calúnia” ou “injúrias do néscio, do atrevido ingrato povo”, reconhecemos a presença de um PDV de culpa no discurso.

A referência a “vil calúnia” pressupõe uma injustiça que é sofrida pelo poeta, vítima de um “tirano mal”. Essa injustiça nos leva a intuir a presença de uma visada patêmica de compaixão. Mas cumpre observar que a Inconfidência Mineira não era um movimento popular. E a delação do movimento não foi feita pelo povo, mas por um de seus integrantes, Silvério dos Reis. Já a acusação formal foi feita pelo governador Visconde de Barbacena e não pelo povo.

Assim, Gonzaga apresenta seus acusadores através de um sujeito coletivizado: “o povo”, de modo a evitar um confronto direto com a Coroa Portuguesa, a principal responsável pelo processo, ou com qualquer um de seus representantes administrativos. Observamos então dois procedimentos estratégicos nesse dialogismo interno: o primeiro é colocar o PDV adversário em posição dominada, desqualificando-o; o outro é atribuí-lo não a um adversário

direto, mas a outras instâncias a fim de evitar retaliação. Desse modo, Gonzaga toma o PDV de culpa e o atribui a outrem.

Na racionalização, encontramos principalmente o raciocínio por dedução articulado para a defesa do poeta, perpassando praticamente todo o poema. Trata-se da dedução “caluniado, logo inocente”. O que é possibilitado pela simples adoção do termo “calúnia” usado para descrever a ação adversária. A calúnia, nesse caso, pressupõe uma afirmação falsa, injuriosa que não descreve corretamente a ações do poeta.

Outra dedução bastante forte no poema é alegação de que o poeta nada teme por ser inocente:

Chovam raios e raios, no meu rosto
Não hás de ver, Marília, o medo escrito:
O medo perturbador,
Que infunde o vil delito.

Assim, o medo denunciaria a culpa do acusado, de modo que nada temendo deduz-se que o Gonzaga é inocente. Esse raciocínio ainda hoje encontra eco no dito popular “Quem não deve não teme”, no qual também se observa a forte presença do elemento dóxico.

Encontramos também um raciocínio por oposição no qual o poeta recorre às figuras mitológicas de Plutão, deus dos infernos, (Pluto, no texto) e Júpiter, o mais poderoso dos deuses, (Jove, no texto). Ao opor as ações infernais de Plutão com os poderes de Júpiter, o poeta estabelece que acima das ações dos caluniadores haverá de se sobressair a ação benéfica de um ser superior. Há um eco dessa confiança no auxílio de um ser sobrenatural e superior cristalizado em ditos populares como “Para Deus nada é impossível”. Por outro lado, é coerente a associação dessa divindade com a Coroa portuguesa, na pessoa de D. Maria I, cabeça de uma monarquia absoluta, detentora dos poderes máximos de Portugal e suas colônias.

O poeta, assim, opõe as “injúrias do néscio, do atrevido ingrato povo” aos poderes supremos de Jove, o que nos permite a associação com a possibilidade de intervenção de instâncias superiores capazes de inocentar o poeta:

Ele pode livrar-me das injúrias
Do néscio, do atrevido ingrato povo;
Em nova flor mudar-me,
Mudar-me em Astro novo.

Não podemos deixar de observar também como o poeta constrói um *ethos* de sabedoria e coragem, o qual é essencial para construir a imagem de um sujeito caluniado e, por isso, injustiçado. O ápice dessa construção *ethótica* se encontra na estrofe seguinte:

Porém se os justos Céus, por fins ocultos,
Em tão tirano mal me não socorrem;
Verás então, que os sábios,
Bem como vivem, morrem.

Ciente de uma possível pena de morte, o poeta busca se mostrar tranquilo diante da pena capital e atribui a si mesmo a sabedoria de morrer com coragem e dignidade. Também nesse fragmento é chamativo como o poeta remete a instâncias superiores “os justos céus” que podem “por fins ocultos” não socorrê-lo “em tão tirano mal”.

Observa-se por fim que, através da construção de um *ethos* de coragem e sabedoria, o poeta busca inspirar a admiração, a qual visa à piedade dos acusadores. Esse *ethos* de sábio e corajoso é também uma estratégia através da qual o poeta fará ressaltar seu argumento de injustiçado. De modo que esse orador parecerá tanto mais injustiçado quanto mais demonstrar sua coragem.

O texto seguinte de nosso *corpus* é o *Auto de perguntas* da segunda inquirição feita a Gonzaga em 1790. O objetivo dessa inquirição é o de comprovar sua participação na Inconfidência. Para tanto foi realizada uma acareação com outros dois participantes do movimento: Padre Toledo, Cônego Luís Vieira da Silva e Alvarenga Peixoto. Por ser um texto de considerável extensão, apresentamos no corpo do artigo uma versão resumida contendo os pontos mais significativos. Vejamos:

2ª INQUIRIÇÃO - Rio, Fortaleza da Ilha das Cobras 03-02-1790

Acareação com o Côn. Luís Vieira da Silva, Cel. Inácio José de Alvarenga Peixoto e Pe. Carlos Correia de Toledo e Melo.
Aos três dias do mês de fevereiro de mil setecentos e noventa anos, nesta Cidade do Rio de Janeiro e Fortaleza da Ilha das Cobras... para efeito de se fazerem as perguntas... ao Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, que se acha preso... e fiz este termo, eu Manuel da Costa Couto, que o escrevi.

E sendo instado que dissesse a verdade à qual tinha faltado dizendo que nem sabia nem era entrado na pretendida conjuração, quando constava por muitas testemunhas que o era...

Respondeu que não duvida que haja muitas testemunhas ainda não inimigas que digam que o réu Respondente era entrado na conjuração, mas que para isto bastava que os seus inimigos espalhassem esta falsa voz, e que por isso se deve buscar a origem dela, e os mais indícios, que

a confirmam...

E sendo mais instado que dissesse a verdade porque não era por via de falsa voz espalhada pelos seus inimigos que a verdade se sabia, mas sim por via de seus amigos, e até de um que além disso, entrava em tratamento de parente.

Respondeu que os que o disserem faltam à verdade e que dando as razões por que assim o afirmam, ele réu Respondente produzirá a sua defesa mostrando o sentido e falsidade delas.

E sendo mais instado que dissesse a verdade, porque os sujeitos que declaram ser ele réu Respondente sabedor, dão toda a razão do seu dito, e são pessoas que nenhuma razão nem interesse têm para o culpar, como são os sócios de delito o Doutor Cláudio Manuel da Costa advogado em Vila Rica e muito da amizade do réu, o Coronel Inácio José de Alvarenga da mesma forma amigo, que se tratava por seu parente e era seu hóspede, o Cônego Luís Vieira da Silva, do mesmo modo seu amigo.

Respondeu que não duvida que a serem os sobreditos entrados na conjuração, dissessem aos outros sócios que o réu Respondente também o era, ou por quererem animar-lhes as esperanças que fariam no réu, ou por quererem desviar que algum dos outros sócios falasse ao réu, na certeza de que já estava falado e certo, mas que isto é falso como há de mostrar com muitas provas. (...) Que pelo contrário há de mostrar o réu Respondente que nunca teve ânimo de ser rebelde, antes que sempre foi zeloso e fiel vassalo. (...) e não é igualmente a intenção de Sua Majestade o castigar os inocentes por falta de natural defesa.

A devassa era um procedimento jurídico movido pela Coroa Portuguesa com o fim de levantar provas da culpabilidade do réu por um delito. Tal procedimento, nesse caso, não pode ser confundido com uma investigação, uma vez que o objetivo não é constituir um painel do evento delituoso nem compreender as motivações e/ou o grau de envolvimento das partes, mas simplesmente incriminar o réu.

Por se tratar de um discurso relatado encontramos com mais nitidez os PDVs opostos que hão de se confrontar ao longo da inquirição. Gonzaga insiste em sua inocência alegando total desconhecimento da conjuração e mantém a tese de que fora ele caluniado por inimigos. No entanto, ao contrário do que ocorre no poema, este PDV é dominado e sobressai o PDV de culpa por ser este assumido pelo locutor.

O inquiridor alega que o réu mente, desqualificando o PDV de inocência: “E sendo instado que dissesse a verdade à qual tinha faltado dizendo que nem sabia nem era entrado na pretendida conjuração, quando constava por muitas testemunhas que o era”. Esse PDV de inocência justificado pela alegação de calúnia não é apagado no texto, nós o

percebemos nas respostas dadas por Gonzaga, a qual é colocada é colocada em posição dominada por outro PDV. Nesse caso, o PDV assumido pelo locutor é o da culpa de Gonzaga e não o de sua inocência.

Esse procedimento nos mostra como o *ethos* de credibilidade do réu é desconstruído: Gonzaga é referido como réu Respondente. Não apenas réu, mas réu Respondente enfatizando que o acusado não tem voz autônoma, e deve se limitar a responder o que foi perguntado, não tendo o direito a uma exposição argumentativa mais ampla em favor de sua defesa. Cumpre também salientar o papel do modo de organização descritivo na construção da imagem de Gonzaga ao descrevê-lo como “réu Respondente”.

Ao insistir que o réu mente, o orador também desconstrói o argumento de calúnia movida pelos inimigos. Gonzaga se defende alegando que a acusação é feita por inimigos: “para isto bastava que os seus inimigos espalhassem esta falsa voz”, sendo refutado em seguida pelo inquiridor com a declaração de que a denúncia fora feita por amigos e não inimigos: “não era por via de falsa voz espalhada pelos seus inimigos que a verdade se sabia, mas sim por via de seus amigos, e até de um que, além disso, entrava em tratamento de parente”. O parente em questão é Alvarenga Peixoto, que teve uma filha batizada por Gonzaga.

Nesse trecho observamos uma valoração da culpa do réu pelo fato de este ter sido denunciado por amigos e não por inimigos. A denúncia por companheiros próximos possui um valor de verdade e, ao mesmo tempo, um modo de raciocínio dedutivo segundo o qual sendo a denúncia feita por amigos é mais verdadeira que a feita por inimigos.

Em relação aos modos de raciocínio observa-se também o raciocínio por oposição, típico dos debates, no qual inquiridor opõe as provas de Gonzaga com as suas: é oposta a tese de calúnia com a tese de denúncia legítima feita por pessoas de crédito.

Novamente o poeta recorre a uma instância superior com um *ethos* de confiança: “não é igualmente a intenção de Sua Majestade o castigar [*sic*] os inocentes por falta de natural defesa”. Trecho no qual se nota uma visada de compaixão em que o poeta demonstra a injustiça que lhe seria praticada por falta de defesa. Esse fragmento é precedido por um raciocínio por dedução no qual o poeta conclui sua inocência pelo fato de ser fiel vassalo: “há de mostrar o réu Respondente que nunca teve ânimo de ser

rebelde, antes que sempre foi zeloso e fiel vassalo.” Nesse modo de raciocínio há um forte componente dóxico segundo o qual a fidelidade do súdito pressupõe sua inocência.

Como podemos observar nessa análise, temos uma visada patêmica de indignação dada pelo discurso dos inquiridores, discurso construído com um PDV de culpa. Por outro lado, não ignoramos como ainda transparece uma visada de compaixão movida pelo réu através do elogio feita a soberana e a insistência na alegação de calúnia e de falta de oportunidade de defesa.

Considerações finais

Conforme pudemos observar nas análises, uma visada patêmica pode partilhar espaço com outra dentro de um determinado tipo de texto, e podemos mesmo falar de uma co-presença de visadas de patemização. Tal propriedade decorre de uma característica inerente ao discurso: o dialogismo.

Ao argumentar, o orador, deliberadamente ou não, abre espaço, em seu discurso para outros posicionamentos dados por vozes enunciativas diferentes. Conforme a visada patêmica que esse orador pretende instaurar no discurso é que ele gerencia o dialogismo interno estabelecendo que pontos de vista serão assumidos e quais serão refutados.

Além de gerenciar esses pontos de vista, não podemos nos esquecer de que nos textos analisados encontramos uma interface com uma situação jurídica, da qual se depreendem procedimentos clássicos de argumentação. O que nos mostra que não basta que um discurso pertença a este ou a aquele gênero para deduzir as visadas patêmicas nele presentes, mas observar o conjunto de situações que perpassam o discurso À maneira de um inter-contexto para que possamos observar nele os arranjos motivados pelas visadas patêmicas.

Não podemos deixar também de mencionar a estreita relação que pode se estabelecer no *logos* entre procedimentos de racionalização e de patemização: se o *logos* contém ou é ele mesmo as provas de uma determinada tese, podemos entender que um *logos* patêmico contém a prova pela qual tal emoção é tomada como legítima e merecida. A racionalização, nesse caso, bem se presta ao propósito das emoções.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Colin, 2000.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manoel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- AUTO DE PERGUNTAS AO DESEMBARGADOR TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA. In: MUZZI, Eliana S; PROENÇA FILHO, Domício (orgs). *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Claudio Manuel da Costa, Tomas Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 1008-1015.
- CHARAUDEAU, Patrick. Une problématisation discursive de l'emotion: à propos des effets de pathémisation á la television. In: PLANTIN, C. *Les émotions dans les interations*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000, p. 125-155.
- CHARAUDEAU, Patrick. La argumentation dans une problématique d'influence. *Argumentation et Analyse du Discours*. 2008, p. 1-14. Disponível em: <http://aad.revues.org/193>. Acesso em: 21 mar de 2012.
- GONZAGA, Tomás Antonio. Lira II. In: MUZZI, Eliana S; PROENÇA FILHO, Domício (orgs). *A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Claudio Manuel da Costa, Tomas Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 660.
- MOLINIÉ, Georges. Introduction á la Rhétorique. In:_____. *Dictionnaire de Rhétorique*. Paris: Sorbonne, 1992, pp. 5-21.
- PLANTIN, C. Doxa. In: CHRAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs). *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004, p. 176-7.
- RABATEL, Alain. La part de l'enunciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. In: *Marges Linguistiques*, Numéro 9, 2005, p. 115-136.

Artigo recebido em fevereiro de 2014.

Artigo aceito em abril de 2014.